



# Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE JUNHO DE 1981

ANO VI

AVULSO

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

A Constituição do Estado do Paraná, passa a vigorar com as seguintes alterações :

O item III, do artigo 74, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 74 — .....

III — voluntariamente, após 35 anos de serviço, ressalvado o disposto no item XX, do art. 165, da Constituição Federal".

O item IX do artigo 138, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 138 — .....

IX — remuneração condigna aos professores, os quais não poderão perceber vencimento básico inferior a três vezes o valor do salário-mínimo fixado para a Capital do Estado".

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoiamento: MÁRIO CELSO, ANTÔNIO FACCI, PAULO CAMARGO, LÁZARO DUMONT, TÉRCIO ALBUQUERQUE, ANTÔNIO COTRIM, DENI SCHWARTZ, JOSÉ TAVARES, EDILSON ALENCAR, DARCY DEITOS, GABRIEL SAMPAIO, TADEU LÚCIO MACHADO, WALDYR PUGLIESI, NELTON FRIEDRICH, ADALBERTO DAROS, TRAJANO BASTOS, LINEU TURRA, GILBERTO AGIBERT FILHO, RENATO BUENO e uma assinatura ilegível.

## JUSTIFICATIVA:

A primeira parte desta proposição de Emenda à Constituição do Estado, tem por objetivo adaptar o seu texto de acordo com a Emenda à Constituição Federal n.º 14, promulgada nesta data pelo Congresso Nacional, que tratou do tempo de aposentadoria dos

professores.

A segunda parte, tem por objetivo fazer com que seja registrado em nossa Carta Magna, o acordo firmado entre o Governo do Estado e professores do Paraná, no final do ano passado, pelo qual foi fixado um piso salarial equivalente a dois (02) salários-mínimos regionais, conforme Ofício n.º 1871, do Gabinete do Governador, encaminhado às Associações de Professores do Paraná, em 29 de outubro de 1980.

Naquela oportunidade, o Governador admitiu a possibilidade de fazer com que esse piso salarial chegasse a dois salários-mínimos e meio (2,5), em meados do corrente ano de 1981.

Esse fato está registrado no conceituado jornal "GAZETA DO POVO", do dia 06 de abril de 1981, conforme afirmações do Sr. Secretário da Educação, Edson Machado de Souza, que afirmou: "Os professores pediam piso de três (03) salários-mínimos e ficou acertado para dois e meio (2,5)."

Todavia, como não houve cumprimento total do acordo, pois desde maio de 1981 com a elevação do salário-mínimo regional, o piso estabelecido de Cr\$ 16.929,60 (dois salários-mínimos) ou o prometido de Cr\$ 21.162,00 (dois salários-mínimos e meio), deixou de ser implantado até esta data, cremos que seja justa a fixação, na Lei Maior, daquele piso pretendido pelos mestres, de três (03) salários-mínimos.

Neste momento em que toda a Nação acompanha a primeira grande conquista dos professores, com a volta da aposentadoria aos 25 anos de serviço, nada mais oportuno do que se afixar um piso que lhes conceda a REMUNERAÇÃO CONDIGNA que está expressa no item IX, do artigo 138, da nossa Constituição Estadual, mas de forma abstrata! ...

Acrescentando àquele dispositivo, um piso salarial que realmente corresponda a uma remuneração condigna ao magistério paranaense, cremos que estaremos primando pelo cumprimento de nossa Lei Maior, e assim, fazendo JUSTIÇA !